

Governo confirma uso das reservas

■ Fazenda tem duas alternativas mas assegura que não vai esgotar todo o estoque

ELI TEIXEIRA

BRASÍLIA — A equipe econômica decidiu usar uma parte das reservas internacionais depositadas no Banco Central (ouro, dólar e outras moedas fortes) no programa de estabilização da economia, a ser anunciado no final de abril ou início de maio. No entanto, segundo o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, “o governo não vai queimar essas reservas”, hoje em torno de US\$ 19 bilhões, dos quais US\$ 9,5 bilhões *comprados* pelo Banco Central no ano passado pagando juros altos, que provocaram recessão e aumentaram a dívida pública pesadamente.

Neste momento, os cinco *homens de ouro* do ministro Haddad, que preparam o programa de estabilização, têm algumas alternativas para uso de parte das reservas internacionais. Duas vêm merecendo estudos mais profundos: a primeira dá garantia (lastro) a títulos de longo prazo do governo e a segunda prevê a compra de bônus do governo norte-americano para garantir títulos de longo prazo da dívida interna. Nesses dois casos, o governo não se obrigaria a recomprar os papéis antes de seu vencimento.

Segundo um assessor do ministro da Fazenda, não haverá um dia D para lançamento do programa de estabilização. O próprio ministro tem dito à sua equipe que “serão vários dias D, porque a intenção do governo é lançar as medidas assim que elas forem finalizadas e aprovadas pelo presidente Itamar Franco. Haddad cita a separação de contas entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, anunciada na última quinta-feira. Para leigos, essa separação não deveria sequer ser noticiada, mas para economistas trata-se de um ponto de grande importância que o governo tenta atacar. Pela Constituição, o Banco Central não pode financiar o Tesouro, mas existe hoje uma “área cinzenta” no relacionamento dos

Arquivo



Haddad: estudos aprofundados

dois órgãos, onde às vezes não se pode dizer que o BC não esteja emprestando dinheiro ao Tesouro. Além de tudo, esse financiamento é apontado como uma das várias causas da inflação brasileira.

Os 90 a 100 dias citados pelo ministro da Fazenda para concluir seu programa devem ser reduzidos e hoje a equipe acha que em 60 dias estará tudo pronto. O ponto central do programa será uma solução definitiva para a dívida pública interna, de US\$ 118 bilhões, praticamente o mesmo valor da dívida externa do país (US\$ 120 bilhões). Só de juros dessa dívida interna o governo gastará este ano US\$ 6,8 bilhões, ou seja, cerca de Cr\$ 130 trilhões. Isso é mais dinheiro que todos os gastos da Previdência Social em um ano. Para a equipe do ministro Paulo Haddad, se o governo conseguir credibilidade no mercado e alongar essa dívida, junto com uma queda de juros, terá em mãos pelo menos Cr\$ 70 trilhões, uma quantia muito superior aos orçamentos de vários ministérios juntos.